

DEBORAH SOARES DALLEMOLE

# **FAMÍLIAS, VULNERABILIDADES E A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR**

DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE FAMÍLIA E SUA POSSÍVEL  
INFLUÊNCIA NA RESTRIÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Londrina/PR  
2022

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Dallemole, Deborah Soares  
**Famílias, vulnerabilidades e a  
destituição do poder familiar:  
diferentes perspectivas sobre família  
e sua possível influência na restrição  
do direito à convivência familiar de  
crianças e adolescentes em situação  
de vulnerabilidade.** / Deborah Soares  
Dallemole. – Londrina, PR: Thoth,  
2022.

154 p.  
Bibliografias: 149-154  
ISBN 978-65-5959-308-8

1. Estatuto da Criança e do Adolescente.  
2. Poder Familiar. 3. Direito de Família. I.  
Título.

CDD 342.16

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** A autora

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

### Índices para catálogo sistemático

1. Direito de Família : 342.16

### Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.  
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia  
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham  
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa  
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •  
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA .....	7
APRESENTAÇÃO .....	13
PREFÁCIO .....	15
INTRODUÇÃO .....	21
<b>CAPÍTULO 1</b>	
A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.....	25
1.1 Metodologia de pesquisa .....	25
1.2 Dados encontrados .....	29
1.2.1 Caracterização dos processos .....	29
1.2.2 Idades, tempos e a população infantil submetida aos processos de destituição do poder familiar .....	34
1.2.2.1 Dados sobre acolhimento institucional.....	35
1.2.2.2 Dados sobre os tempos envolvidos nos processos de destituição do poder familiar.....	36
1.2.2.3 Dados relativos às idades das crianças atendidas pelo Poder Judiciário.....	42
1.2.2.4 Levantamento de dados relacionados à existência de grupo de irmãos.....	47
1.2.3 Motivações e fundamentos relevantes utilizados nas ações de destituição do poder familiar.....	50
1.2.3.1 Motivos iniciais que geraram a ação de destituição do poder familiar.....	50
1.2.3.2 Da ratio decidendi nas decisões dos julgados sobre a destituição do poder familiar.....	58

**CAPÍTULO 2**

<b>QUEM É JULGADO E QUEM JULGA?</b> .....	67
2.1 Perfil das crianças, famílias e dinâmicas de relacionamento que levam às ações de destituição do poder familiar .....	68
2.1.1 Perfil da criança e do adolescente .....	68
2.1.2 Perfil dos genitores submetidos à ação de destituição do poder familiar .....	72
2.1.3 Funcionamento familiar das famílias com atos de intervenção estatal pelo Poder Judiciário .....	81
2.1.4 Percepções da infância e da família, e sua relação com o contexto socioeconômico experienciado .....	86
2.2 Perfil majoritário dos magistrados brasileiros .....	97
2.2.1 A experiência familiar dos magistrados brasileiros .....	97
2.2.2 Tradicionais percepções sobre família e infância a partir dos dados do Conselho Nacional de Justiça sobre o grupamento social dos magistrados brasileiros .....	102
2.3 Diferentes visões da família e o processo como garantia de direitos .....	107
2.3.1 Proteção Integral da criança e do adolescente, proporcionalidade e a restrição de direitos fundamentais .....	107
2.3.1.1 Direitos de proteção especial e o princípio do melhor interesse da criança .....	108
2.3.1.2 Postulado da proporcionalidade e seus juízos necessários em caso de conflito entre direitos fundamentais .....	114
2.3.1.3 Da colisão entre convivência familiar e integridade física e psicológica da criança .....	118
2.3.2 O procedimento de destituição do poder familiar e os direitos fundamentais tutelados .....	124
2.3.3 Pobreza, negligência e abandono material: as diferentes percepções de família e de infância e a dificuldade de um juízo de proporcionalidade .....	129
<b>CONCLUSÃO</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149